

A Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa brasileira (2019-2022)

The Parliamentary Agricultural Front in the Brazilian foreign policy (2019-2022)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.149081>

Clarissa Franzoi Dri

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

clarissa.dri@ufsc.br  

Pedro Soares Leal

Instituto de Estudos Políticos de Fontainebleau, Fontainebleau, França

pedrosleal14@gmail.com  

Resumo

Esse artigo analisa como a Frente Parlamentar da Agropecuária atuou na política externa brasileira entre 2019 e 2022. O objetivo da pesquisa é analisar situações paradigmáticas em que atores parlamentares tomaram iniciativas em política externa seguindo os interesses do agronegócio. O texto discute três casos que revelam novos instrumentos utilizados pelos parlamentares na política externa: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e a guerra Rússia-Ucrânia. Metodologicamente, foi conduzido um levantamento do posicionamento oficial da FPA, por meio de publicações institucionais, redes sociais, imprensa e revista da bancada. Os discursos parlamentares, requerimentos e intervenções nas comissões de relações exteriores foram mapeados a partir da lista de signatários da FPA e da busca por palavras-chave em documentos públicos da Câmara, do Senado e do Itamaraty. Teoricamente, o estudo baseia-se na literatura sobre as relações Legislativo-Executivo. Verifica-se que, nos temas agropecuários, o Congresso não delegou nem abdicou, mas atuou de modo contínuo e consistente durante todo o período, buscando influenciar a postura externa do Brasil no sentido do pragmatismo e da defesa de interesses econômicos.

Palavras-chave: Frente Parlamentar da Agropecuária, política externa brasileira, agronegócio.

Abstract

This paper analyses how the Parliamentary Agricultural Front acted in Brazilian foreign policy between 2019 and 2022. The goal is to address key situations in which parliamentary actors promoted initiatives in foreign policy according to agribusiness interests. We discuss three cases that reveal new instruments employed by parliamentarians in foreign policy: the EU-Mercosur agreement, relations Brazil-China and the Russia-Ukraine war. The research was based on a survey of the official position of the FPA, through institutional publications, social media, press, and the group's magazine. Parliamentary speeches, requests, and interventions in external relations committees were mapped based on the list of FPA signatories and keyword searches in public documents from the Chamber of Deputies, the Senate, and the Ministry of Foreign Affairs. Theoretically, this study is based on Executive-Legislative relations literature. We argue that, in issues related to agribusiness, Congress has not delegated nor abdicated, but participated consistently and continuously throughout the whole mandate, seeking to influence Brazil's external positions into pragmatism and promotion of economic interests.

Keywords: Parliamentary Agricultural Front, Brazilian foreign policy, agribusiness.

Recebido: 31 Julho 2025
Aceito: 19 Dezembro 2025



Os autores agradecem a Daniel Castelan e Tiago Daher Borges pelos valiosos comentários e contribuições a essa pesquisa.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse

Introdução

Jair Bolsonaro chegou à presidência do Brasil em 2019 apoiado sobretudo por setores militares, evangélicos e ruralistas. As razões, os atores centrais, os objetivos e as reticências desses apoios ainda são objeto de estudo da ciência política, considerando a necessidade de compreensão dos mecanismos que tem possibilitado, contemporaneamente, a eleição de grupos políticos da extrema-direita pelo mundo. Esse estudo concentra-se na relação do agronegócio brasileiro, organizado no âmbito do parlamento, com a política externa conduzida pelo governo. Sendo o agronegócio um pilar importante na eleição de Bolsonaro, poder-se-ia esperar cooperação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com as diretrizes da política externa de seu governo, na esteira da hipótese da delegação da condução da política externa do parlamento ao Executivo. Foi assim mesmo? Esse artigo busca entender como a FPA atuou na política externa brasileira entre 2019 e 2022. Por meio de quais canais, e com quais objetivos, os atores parlamentares do agronegócio colocaram seus interesses nas relações exteriores?

Nesse artigo, o agronegócio é concebido como um conceito intersetorial, integrando o setor primário e secundário com todas as operações envolvidas na produção, processamento e distribuição. É também compreendido enquanto um campo político-econômico estratégico. Desde os anos 1990, consolidou-se em coletivos políticos que influenciam políticas públicas e decisões legislativas, promovendo a complementaridade entre setores e mobilizando dados para justificar sua relevância econômica (Pompeia, 2020). O objetivo da presente pesquisa é, assim, analisar três casos em que atores parlamentares organizados buscaram ações em política externa segundo os interesses do agronegócio, entre 2019 e 2022.

A política externa sob o governo Bolsonaro foi caracterizada como americanismo ideológico, em contraposição aos americanismos pragmáticos tradicionais que historicamente influenciaram a política externa brasileira (Medeiros; Villas-boas; Andrade, 2019). Saraiva e Silva (2019) também destacam o viés ideológico das diretrizes da política externa, implementadas mesmo com efeitos práticos deletérios sobre interesses comerciais ou econômicos brasileiros. Outros autores destacam a instrumentalização dos debates internacionais sobre direitos humanos para fidelizar a parcela evangélica do eleitorado bolsonarista (Monte; Hernandez, 2021). Nessa linha, Lima e Albuquerque (2019) acrescentam que Bolsonaro difere de administrações anteriores, nas quais a diplomacia destacava-se pela moderação e conciliação, ao promover a política externa através da geração de caos como mobilizador das bases de apoio interno.

Poucos estudos exploram os atores ruralistas nesse período da política externa. Dentre eles, destaca-se a pesquisa de Fernanda Gonçalves e Eduardo Madureira (2023), que busca identificar os atores e interesses internacionais do setor, estudando a articulação deles em temas ambientais e nos embates do Brasil com a Palestina, União Europeia e China. A pesquisa utiliza a categoria de concertação política para explicar a atuação em rede das diferentes entidades do agronegócio e conclui por um efeito moderador do setor na política externa desse governo.

O presente artigo visa aprofundar o estudo em apenas um dos órgãos da concertação, a FPA, detalhando seus operadores e estratégias. Ou seja, o foco aqui é a organização do setor no âmbito do Congresso Nacional e a atuação internacional dos parlamentares ruralistas, visando averiguar se as ações externas da FPA correspondem aos papéis do Legislativo nas relações exteriores apontados pela literatura. A hipótese é a de que, nos temas agropecuários, o Congresso não delegou, não abdicou nem interveio pontualmente na política externa, mas atuou de modo contínuo e consistente durante todo o período, influenciando a postura externa do Brasil no sentido do pragmatismo e da defesa de interesses econômicos. Argumenta-se que a FPA levou o Legislativo a uma atuação entre latência estratégica e ativação simbólica nos temas agropecuários entre 2019 e 2022 (Santos, 2025a). Com base nesse modelo teórico, as seções subsequentes procuram analisar quais foram os meios e os recursos utilizados pelos parlamentares para tanto.

Metodologicamente, realizou-se, como ponto de partida, um levantamento do posicionamento oficial da FPA, considerando suas publicações em redes sociais, reportagens na imprensa, informações disponíveis em sua página eletrônica e, principalmente, o conteúdo da revista institucional da bancada. Essa etapa inicial teve como objetivo

identificar os temas de interesse do grupo no campo da política externa durante o período de 2019 a 2022. Em seguida, utilizou-se a lista de parlamentares signatários da FPA para mapear seus discursos em plenário, bem como requerimentos e intervenções nas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado. O mapeamento partiu, inicialmente, das manifestações já apresentadas na revista oficial da FPA e, posteriormente, da busca por palavras-chave “acordo União Europeia e Mercosul”, “guerra russo-ucraniana” e “China” em documentos públicos da Câmara, do Senado, do Ministério das Relações Exteriores e sua Fundação Alexandre de Gusmão.

Após levantamento e análise desses discursos, foram realizadas pesquisas em artigos acadêmicos e reportagens jornalísticas relacionadas aos mesmos temas e atores-chave, com o objetivo de ampliar o contexto e aprofundar a interpretação dos achados para além das declarações públicas dos parlamentares. Assim, a pesquisa se fundamentou tanto nas referências mencionadas pelos próprios membros da bancada quanto no contexto mais amplo da política externa brasileira no período analisado. As buscas por artigos acadêmicos foram conduzidas nas bases SciELO e Google Scholar, utilizando as palavras-chave: “Frente Parlamentar da Agropecuária”, “Política Externa Brasileira”, “Agronegócio”, “Bolsonaro” e “Bancada Ruralista”. O objetivo foi identificar estudos já realizados sobre o tema e reunir bibliografia pertinente tanto à atuação da FPA quanto à política externa do governo Jair Bolsonaro. Em um segundo momento, foi realizada nova busca a partir das referências constantes dos documentos e estudos encontrados.

A metodologia adotada se baseia predominantemente em manifestações públicas, como discursos parlamentares e reportagens jornalísticas, não abrangendo declarações feitas em espaços não públicos ou em entrevistas. Buscou-se mitigar o risco de viés de seleção por meio de análises descritivo-quantitativas, realizadas a partir de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, posteriormente articuladas ao referencial teórico. Ademais, o posicionamento da FPA foi analisado à luz do contexto da política externa da época, com base em fatos e eventos e nos textos acadêmicos disponíveis, permitindo uma checagem da narrativa documental e parlamentar. Também importa esclarecer que a pesquisa não buscou mensurar a influência do parlamento em política externa. O presente artigo busca apenas discutir se há interesse desse grupo de parlamentares nos temas externos e como ele pode se manifestar, somando-se à literatura já existente nesse tópico. Esse interesse fica comprovado com os casos analisados. Foge ao escopo metodológico do texto medir a influência causal do Congresso em política externa.

O texto está organizado em três partes, além dessa introdução e da conclusão. A primeira seção revisa os estudos sobre a influência do parlamento brasileiro na política externa, a fim de situar a presente pesquisa na literatura já produzida sobre o tema e detalhar o modelo teórico escolhido. A segunda seção explora a história, a formação e o *modus operandi* da Frente Parlamentar da Agropecuária enquanto braço político-institucional representante do agronegócio brasileiro. Por fim, a última parte descreve o aumento da participação da FPA, durante o governo Bolsonaro, no âmbito das comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado, tanto em número de membros quanto em liderança e número de requerimentos apresentados. Essa parte também sistematiza as ações tomadas pelos membros da FPA, dentro ou fora do ambiente institucional do Congresso, para colocar seus interesses nos temas do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, das relações Brasil-China e do posicionamento brasileiro sobre a Guerra da Ucrânia.

Influência do Poder Legislativo na política externa brasileira: estado da arte

Os primeiros estudos sobre as relações Executivo-Legislativo no Brasil após o novo arranjo constitucional de 1988 buscavam entender, por um lado, as mudanças tendentes a fortalecer o Congresso na nova democracia e a manutenção das competências legislativas do Executivo herdadas do período ditatorial (Figueiredo; Limongi, 1995). Esse quadro levou à caracterização do arranjo institucional brasileiro como um sistema presidencialista de coalizão, centrado no Poder Executivo, que comanda o processo legislativo concentrando poderes de agenda e veto (Figueiredo; Limongi, 1998). “O

governo federal é capaz de aprovar leis [com respaldo da coalizão partidária] e não encontra no Congresso Nacional um obstáculo às suas pretensões” (Figueiredo; Limongi, 2007, p. 187).

No caso da política externa, as análises indicavam que os poderes constitucionais do Executivo nas relações exteriores, o insulamento burocrático do Itamaraty, a diplomacia presidencial em crescimento desde o governo Geisel (1974-79) e o foco dos parlamentares em assuntos domésticos com mais apelo eleitoral aprofundariam esse padrão, de modo que o Congresso teria uma capacidade ainda menor de levar adiante sua própria agenda em temas internacionais (Danese, 1999; Faria, 2008; Cason; Power, 2009).

Posteriormente, novos estudos com foco exclusivo nas ações do Legislativo em política externa concluíram que os parlamentares têm interesse nesse âmbito, mas normalmente, devido aos arranjos institucionais citados acima, abdicam temporariamente ou delegam essa condução ao Poder Executivo. No entanto, em situações de divergência ou conflito, o Congresso pode usar instrumentos de controle político para colocar suas posições, como já aconteceu em temas da política comercial internacional (Neves, 2003; Oliveira, 2004), o que demonstra que o poder Legislativo não se comporta como mero espectador da política externa, mesmo quando não participa diretamente do processo decisório (Neves, 2003). Maria Regina Soares de Lima e Fabiano Santos (2001), considerando a pluralidade de atores interessados na política comercial a partir do processo de globalização, destacam a importância de que a delegação, por parte do Congresso, não se transforme em abdicação decisória na pauta externa, sob pena de comprometimento da estrutura democrática estabelecida na Constituição de 1988. A abdicação pode resultar em uma condução de política externa distante do ponto ideal do legislador mediano, instabilidade das decisões devido ao jogo das pressões intraburocráticas e favorecimento de grupos específicos sem controle horizontal ou vertical (Lima; Santos, 2001, p. 132).

Essa abordagem é coerente com a abordagem da política externa como política pública (Milani; Pinheiro, 2013). O processo de abertura política dos anos 1980 possibilitou a reorganização da sociedade civil e ampliou as possibilidades de acompanhamento da agenda internacional, enquanto o liberalismo econômico da década de 1990 tornou incontornável o caráter distributivo da política externa (Lima, 2000). Ambos os fenômenos combinados multiplicaram os atores interessados nas negociações externas do Brasil, inclusive parlamentares, e as sujeitaram aos mais diversos tipos de pressão, como acontece com as demais políticas públicas.

No sentido do exercício do controle democrático pelo Congresso, as pesquisas subsequentes detalharam como são utilizados os instrumentos constitucionais e infraconstitucionais que estão à disposição dos parlamentares para intervir antes ou depois, na produção, execução e acompanhamento da política externa brasileira. Elas evidenciam a ação parlamentar cotidiana nesse tema por meio de sinalização de preferências ao Poder Executivo, envio de projetos de lei, realização de audiências públicas e, durante a tramitação dos tratados internacionais enviados para aprovação congressual, solicitação de informações ao Itamaraty, consultas à Comissão de Constituição e Justiça da casa, formulação de sugestões e reservas e voto estratégico, para além de ações emergenciais nos momentos de maior conflito com o Executivo (Diniz; Ribeiro, 2008; De Souza; Bahia, 2011; Anastasia; Mendonça; Almeida, 2012).

No entanto, embora a política externa gere interesse parlamentar e seja objeto do trabalho rotineiro do Congresso, as prerrogativas legais do Executivo, sobretudo em matéria de acordos internacionais, limitam a capacidade efetiva de influência dos parlamentares (Diniz; Ribeiro, 2010). Numericamente, são poucas ocasiões em que se verifica confronto entre ambos os poderes nesses temas, inclusive no seio das comissões, o que confirmaria a delegação da condução da política externa ao Executivo (Silva; Spohr, 2016). Na tipologia de McCubbins e Schwartz (1984), o congresso brasileiro atuaria, assim, por alarme de incêndio, agindo a partir de interesses temáticos específicos afetados pelas relações exteriores, e não por patrulha policial, que pressupõe fiscalização centralizada e constante da política externa.

Mais recentemente, Vinícius Santos sugere uma reinterpretação dessas ações emergenciais considerando sua constância no tempo (2025a). Se a participação do Legislativo em política externa “tende a emergir de modo seletivo diante

de eventos críticos, como crises internacionais, escândalos diplomáticos, pressões eleitorais ou mudanças de governo”, ela pode ser vista não como anomalia ou desvio episódico, mas como “expressão de uma lógica estratégica de atuação” (Santos, 2025b, p. 10). Nesse sentido, o autor propõe um modelo teórico composto por três dimensões interdependentes: latência estratégica, ativação simbólica e controle procedimental (Santos, 2025a).

A latência estratégica refere-se à capacidade do Parlamento de sustentar vigilância, prontidão e sensibilidade institucional mesmo em períodos de baixa visibilidade pública. Essa condição se apoia em prerrogativas constitucionais, dispositivos regimentais e repertórios discursivos que preservam o potencial de escrutínio e possibilitam ações futuras, ainda que invisíveis no presente. A ativação simbólica, por sua vez, descreve o momento em que essa vigilância latente transborda para o espaço público, elevando a saliência de determinados temas mediante iniciativas como sabatinas, requerimentos, audiências ou declarações parlamentares. Ainda que não resultem em mudanças materiais diretas, esses gestos reorganizam o campo de expectativas, impõem custos reputacionais ao Executivo e sinalizam a disposição do Legislativo em intervir. Por fim, o controle procedimental compreende os mecanismos (formais ou informais) que impõem fricções ao processo decisório, como manobras regimentais, obstruções, vetos orçamentários ou convocações que, mesmo sem reverter decisões, limitam a autonomia executiva e criam espaços de negociação ou contestação (Santos, 2025b).

Nessa direção, o presente estudo busca verificar se a atuação da bancada ruralista durante o governo Bolsonaro pode se enquadrar nessa tipologia. A partir do modelo proposto por Santos (2025a), esse artigo propõe-se a investigar a combinação de latência estratégica e ativação simbólica nas ações da FPA entre 2019 e 2022. Espera-se que os resultados possam indicar se a atuação de uma frente parlamentar pode trazer novos elementos para o debate sobre delegação ou abdicação da política externa pelo Congresso. Essa atuação corresponde às competências constitucionais do parlamento ou à sua função de controle da política externa? O ativismo institucional derivado das frentes (Pereira, 2020) seria capaz de contribuir para novas interpretações sobre a atuação do congresso brasileiro em política externa?

Tradicionalmente, os partidos políticos e as comissões parlamentares são os órgãos de organização do trabalho legislativo no Brasil. Os deputados são agrupados por representações partidárias, que podem indicar líderes e membros das comissões (art. 9º do Regimento Interno da Câmara). Essas são responsáveis por apreciar assuntos e projetos submetidos ao seu exame e acompanhar planos e programas governamentais (art. 22 do Regimento da Câmara). No entanto, a partir de 2005, a mesa diretora passou a registrar também as frentes parlamentares, entendidas como associações de parlamentares de diferentes partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. A próxima seção aborda as origens e os objetivos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para posterior análise de sua atuação em política externa.

O latifúndio enquanto ideologia no parlamento brasileiro

A FPA pode ser compreendida como um grupo de interesse suprapartidário de representação do agronegócio com ampla capacidade de articulação política a partir de estratégias discursivas, apoio econômico relevante, grande influência decisória e enraizamento no sistema político brasileiro. Em seu formato atual, foi registrada em 2005, seguindo as condições de formalização do Congresso Nacional que determinam a assinatura de pelo menos 1/3 do total dos membros. A atuação da bancada ruralista, entretanto, remete à década de 1980 com a União Democrática Ruralista e a Frente Ampla Ruralista. Esse grupo de parlamentares teve papel significativo na Assembleia Nacional Constituinte, mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade (FPA, 2024). Sua formação deveu-se à necessidade de legitimação social, em contraposição ao crescimento de movimentos populares do campo que ganhavam espaço na discussão sobre a reforma agrária (Bruno, 1996). Até 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995, foi fundada oficialmente com ata assinada por deputados e senadores

Muitas das suas características iniciais de atuação mantiveram-se ao longo das décadas. Por exemplo, o caráter ideológico da representação, de viés conservador, “marcado pela violência, pela intolerância, pela negação dos direitos e

pela defesa da propriedade da terra como direito absoluto” (Bruno, 2017, p. 159). Isso se traduz no uso de uma lógica discursiva de construção da identidade enquanto oposição aos seus adversários, os quais são desqualificados e caracterizados pejorativamente, ou seja, define-se “nós, a elite, eles os desqualificados; nós, os defensores da livre-iniciativa, eles, a ‘esquerdinha de boutique’ que tem pretensões de estatizar o campo” (Bruno, 1996, p. 77). Ademais, o grupo agrícola frequentemente faz oposição às políticas de caráter progressista em questões ligadas à população negra, indígenas e minorias. Na Constituinte de 1988, a maioria dos parlamentares ruralistas votou contra ou se absteve nas votações relativas aos direitos e garantias dos trabalhadores e servidores e foi contra a participação popular no processo legislativo, enquanto alguns se posicionaram a favor das Forças Armadas, a favor da pena de morte e até contra o ensino público (Bruno, 2017).

Esse comportamento é coerente com a posição histórica dos detentores dos meios de produção agrícola no Brasil. O processo de concentração de terras e, conseqüentemente, de renda, foi apontado por Celso Furtado (1997) como fator determinante para o subdesenvolvimento brasileiro. A estrutura econômica desigual tem início na colonização, com a instituição da empresa agromercantil de estrutura produtiva capitalista voltada à exportação e concentração de renda e terras (Prado Jr., 1970). Esse sistema econômico seguiu após a independência, o que possibilita a reprodução, durante seus ciclos econômicos, do poder dos proprietários de latifúndios, que influenciam ininterruptamente, em maior ou menor grau, a condução do Estado brasileiro, impedindo o avanço de políticas de reforma agrária e defendendo seus interesses econômicos. Desse modo, a FPA é compreendida neste artigo enquanto ator institucional materializado da perpetuação desta configuração de poder histórica e como representante contemporânea dos interesses da empresa agroexportadora.

A FPA não se caracteriza como grupo de interesse, de pressão ou de lobby constantemente, mas alterna entre esses três estágios conforme suas ações. Há, porém, uma predominância da sua atuação enquanto um grupo de interesse, que “é mais amplo que o de grupo de pressão ou de lobby. Ou seja, os grupos de interesse, ao desencadear uma ação, se transformam em grupos de pressão. E o lobby é a operacionalidade da ação” (Vigna, 2001, p. 14). Sua existência remete à deficiência de agregação de interesses do sistema partidário brasileiro, incapaz de gerar políticas públicas associadas, restando-lhes a função de disputa eleitoral e gestão do Estado, enquanto bancadas suprapartidárias conglomeram os interesses de grupos definidos (Vigna, 2001). A agregação de interesses se faz possível devido à estratégia eleitoral multipartidária e centrada nos candidatos dentro do sistema partidário fragmentado e indisciplinado do Brasil, o que permite à bancada ruralista tornar-se incontornável nas negociações no Congresso (Milmanda, 2022).

Essa estratégia é materializada a partir do financiamento de candidatos por empresas do agronegócio, disperso em diversos partidos e centrado em membros da FPA. Esse apoio estende-se também durante a atuação parlamentar através do think tank Instituto Pensar Agro (IPA), que organiza reuniões, redige projetos de lei de interesse do setor, elabora estratégias de aprovação desses projetos, divulga o trabalho legislativo dos candidatos em favor da agricultura e filtra as demandas do setor para auxílio do exercício legislativo. O Observatório de Olho nos Ruralistas (Castilho, 2022) levantou que o IPA é financiado por 48 entidades de classe do setor agropecuário, que somam 1078 empresas e cerca de 69 mil associações individuais, o que permite à instituição acesso privilegiado ao legislativo, como ponte do setor privado para concretização dos seus interesses no Estado.

A concentração fundiária é apontada por Barcelos e Berriel (2009) como meio para o exercício de poder e controle do Estado a partir de sua instrumentalização aos interesses do capital para produção do espaço agrário brasileiro. Desse modo, a FPA serve à legitimação institucional da ideologia patronal pela produção de um regime de representação do agro brasileiro e formação de um bloco de poder institucional, que se confunde com o próprio Estado em um binômio Estado/Bancada. Os autores observam também o que chamam de ampliação escalar do poder patronal por meio da atuação de parlamentares ruralistas, o que consiste na canalização de interesses setoriais diversos nos níveis locais e regionais para o nível federal, resultando em sistemas de comando nucleados em torno do grupo ruralista. Essa estratégia permite à FPA

uma articulação nos níveis locais a partir de uma rede de simpatizantes de diversas territorialidades, permitindo -a um maior enraizamento e controle da política brasileira.

Por outra parte, Caio Pompeia (2020) utiliza o conceito de “concertação política do agronegócio” para definir a atuação da FPA, tendo em vista a racionalização em busca do consenso entre agentes privados, de um lado, e estatais, de outro, incluindo o Instituto Pensar Agro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Nas eleições de 2018, a FPA ofereceu apoio ao então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro. Após sua vitória, a FPA beneficiou-se com a indicação de membros para cargos estratégicos nos Ministérios, com Tereza Cristina assumindo a pasta da Agricultura, Onyx Lorenzoni na Casa Civil e o ex-presidente da bancada, Marcos Montes, na Secretaria Executiva do MAPA (DIAP, 2018), além de simpatizantes de suas pautas, como Ernesto Araújo e Ricardo Salles, que se torna Ministro do Meio Ambiente (Siebeneichler, 2021). Durante os quatro anos de governo, o agronegócio apresentou crescimento consistente, aumentando em média 7,89% ao ano (CEPEA, 2024). Esse resultado acompanhou o bom desempenho em suas exportações, que em 2022 cresceram 32% em relação a 2021, com aumento de 8,1% do volume embarcado.

A FPA esteve, portanto, “no centro do novo governo” (DIAP, 2018, p. 99), o que foi sintetizado pela declaração de Bolsonaro, ao afirmar sua lealdade à bancada pela indicação de Salles para o MMA: “Esse governo é de vocês” (Duarte, 2019). Mas de que modo esse capital político estendeu-se às relações exteriores? A próxima sessão visa explorar como aconteceu a atuação da FPA na chamada “Diplomacia do Agronegócio”, por meio da análise de seu comportamento nas comissões parlamentares e em três eventos internacionais que se tornaram fundamentais para os ruralistas.

Ações do setor ruralista na política externa do governo Bolsonaro

Para compreender o interesse da FPA na política externa, essa seção analisa seu engajamento nas comissões de relações exteriores da Câmara e do Senado (3.1) e as iniciativas conduzidas, sobretudo no âmbito dessas comissões, no acordo Mercosul-UE, na crise das relações Brasil-China e na guerra russo-ucraniana (3.2). Dentre essas iniciativas, destacam-se a realização de audiências públicas, reuniões com embaixadores estrangeiros, abertura de um escritório ruralista em Bruxelas, declarações públicas contra o Itamaraty, rejeição à indicação de embaixadores brasileiros apresentados pelo MRE e a própria queda do ministro das relações exteriores.

Espaço institucional: o agronegócio nas comissões de relações exteriores do Congresso Nacional (2019-2022)

Ribeiro (2016), ao explorar a influência do agronegócio na política externa brasileira durante o governo Lula entre 2003 e 2010, conduziu um levantamento de participação e atuação dos membros da FPA na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O estudo verificou o aumento da presença da FPA na comissão, apesar de muito pequeno, e seu baixo interesse de integrar os assuntos internacionais por esta via, preferindo a ação por meio de grupos de pressão. De fato, a FPA teve menos de 10 membros na CREDN durante os governos Lula 1 e 2, de um total de quase 60 membros na Comissão (Ribeiro, 2016, p. 14). Ciceri (2019) dá continuidade ao levantamento, demonstrando a tendência de crescimento da participação da FPA nessa comissão nos governos Dilma e Temer. A presente pesquisa atualiza esses dados para o governo Bolsonaro, considerando ambas as casas do Congresso (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Participação da FPA na Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2011-2022)

	Membros da FPA na comissão	Total de membros da comissão	Percentual de membros da FPA na comissão	Percentual de membros da FPA na casa legislativa
2011	23	62	37%	37%
2015	14	65	22%	44%
2017	22	64	34%	44%
2019-2020	39	76	51%	49%
2021	37	74	50%	49%
2022	35	70	50%	49%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2024).

Tabela 2 – Participação da FPA na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2012-2022)

	Membros da FPA na comissão	Total de membros da comissão	Percentual de membros da FPA na comissão	Percentual de membros da FPA na casa legislativa
2012	4	37	11%	14%
2015	14	38	37%	33%
2017	11	31	35%	33%
2019-2020	15	36	42%	48%
2021	14	37	38%	48%
2022	10	34	29%	48%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2024).

Observa-se uma representação significativa da FPA em ambas as comissões, e um aumento relativo dessa representação no primeiro ano do governo Bolsonaro comparativamente aos governos anteriores. A CREDN apresenta a constância de ter a metade de sua composição por membros da FPA durante toda a 56a Legislatura. A CRE, por outro lado, demonstra uma variação de 30% a 40% de ocupação por membros da FPA durante os quatro anos do governo Bolsonaro.

Além disso, é relevante salientar a ocupação contínua dos cargos de presidência da CRE no Senado por membros da FPA entre 2019 e 2022, com a única exceção de aproximadamente dois meses, período em que a senadora suplente Margareth Buzetti (PP-MT) assumiu interinamente (Borges, 2022). Na CREDN, observa-se uma situação semelhante, com exceção da presidência de Pedro Vilela (PSDB-AL) em 2022. Nos governos Lula, Dilma e Temer, nenhum membro da FPA havia assumido a presidência da comissão. Percebe-se, assim, que nos últimos anos a FPA esteve presente tanto no espaço parlamentar de debate na política externa brasileira, como no decisório, quando ocupou a presidência das comissões, o que facilita a definição da agenda segundo seus interesses. Por outro lado, o número de requerimentos apresentados pela FPA em cada comissão demonstra seu alto grau participativo nos trabalhos, propondo audiências públicas e discussões temáticas¹ (tabelas 3 e 4), o que modifica os dados de Ribeiro (2016).

Tabela 3 – Requerimentos da FPA na Comissão de Relações Exteriores e

¹ Por exemplo: REQ 19/20219 CREDN de autoria do deputado Hildo Rocha requer realização de audiência pública para debate sobre o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia sob justificativa de interesse do setor agropecuário. Aceito em 03 de abril de 2019 e audiência realizada em 30 de abril de 2019. REQ 21/2021 CRE de autoria da senadora Kátia Abreu para participação no seminário "Agronegócio Sustentável no Brasil" em Lisboa, Portugal, aprovado. REQ 485/2021 CRE de autoria da senadora Soraya Thronicke para desempenho de missão exterior para participação no seminário, também deferido. REQ 08/2022 CRE de autoria da senadora Kátia Abreu para realização de audiência pública em conjunto com a CMA e CRA para debate sobre a importação de fertilizantes. Requerimento foi aprovado e audiência pública realizada em 27 de abril de 2022.

Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2019-2022)

	Requerimentos de membros da FPA	Total de requerimentos na comissão	Percentual de requerimentos de membros da FPA
2019	66	148	45%
2020	3	5	60%
2021	40	85	47%
2022	9	39	23%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2024).

Tabela 4 – Requerimentos da FPA na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2019-2022)

	Requerimentos de membros da FPA	Total de requerimentos na comissão	Percentual de requerimentos de membros da FPA
2019	54	82	66%
2020	11	27	41%
2021	21	25	84%
2022	10	19	53%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (2024).

Apesar da reduzida atividade parlamentar em 2020, devido ao impacto da pandemia da COVID-19, os requerimentos apresentados pelos membros da FPA ao longo dos quatro anos analisados representaram, em média, metade de todos os requerimentos apresentados. No Senado, destaca-se um pico de 84% na taxa de requerimentos durante o ano de presidência de Kátia Abreu, quando foram promovidos debates e audiências públicas sobre o agronegócio. No âmbito da Câmara, excluindo o ano de 2020, as presidências da bancada resultaram em uma participação em torno de 45%. É notável, porém, a baixa participação da FPA, em comparação com anos anteriores, durante a presidência de Pedro Vilela, que alcançou 23%, representando 9 dos 39 requerimentos no total. Este dado destaca a diferença entre a FPA integrar e presidir as comissões, nesse último caso consolidando sua presença em espaços de poder capazes de abrir caminho para suas pautas de interesse.

Os dados das comissões demonstram, portanto, um comportamento mais ativo da FPA no governo Bolsonaro do que em anos anteriores. Essa participação maciça permitiu à FPA, em muitos casos, alcançar maioria em votações e definir as agendas de debate, evidenciando seu interesse na direção e controle das temáticas discutidas. Esse perfil corresponde à latência estratégica conforme proposta por Santos (2005a), no sentido da vigilância dos parlamentares da FPA com relação ao direcionamento da política externa. A FPA utilizou-se de dispositivos regimentais para incidir na composição e na presidência das comissões de relações exteriores e na apresentação de requerimentos para iniciativas internacionais. A seguir, serão analisados três temas em que as ferramentas disponíveis nas comissões foram complementadas com outras formas de busca por influência na condução da política externa: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e o posicionamento brasileiro em relação ao conflito Rússia-Ucrânia.

Instrumentos políticos: pressão dos parlamentares ruralistas na política externa

Além do aumento do número de parlamentares e requerimentos da FPA nas comissões de relações exteriores no Congresso, a FPA empregou estratégias informais visando colocar suas posições na política externa. Essa seção analisa manifestações públicas e documentos da FPA em três temas: o acordo Mercosul-UE, as relações Brasil-China e o posicionamento brasileiro em relação ao conflito Rússia-Ucrânia, nessa ordem. A fim de reconstituir as opiniões dos parlamentares, foram realizadas buscas na grande imprensa online, nos relatórios e atas das comissões de relações exteriores da Câmara e Senado e nos relatórios da FPA. A pesquisa empregou termos ligados aos temas propostos, como “acordo União Europeia e Mercosul”, “China” e “guerra Rússia e Ucrânia”, e nomes dos atores-chave ligados à política

externa do governo Bolsonaro, a exemplo do ministro Ernesto Araújo, e à FPA, como a senadora Kátia Abreu e o deputado Alceu Moreira.

No momento da assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, em 2019, as queimadas na Amazônia e o discurso antiambientalista do presidente brasileiro ganharam notoriedade internacional (BRAZIL, 2020). Scantimburgo (2018) chama atenção para o “Efeito Bolsonaro” no aumento do desmatamento, devido à expectativa, ainda no período eleitoral, de flexibilização das políticas de preservação ambiental e do desmonte das agências de controle e fiscalização. ONGs, como Greenpeace, criticaram o acordo por ser muito brando e pouco incisivo nos temas ambientais com a América Latina, enquanto chefes de estado, como o presidente francês Emmanuel Macron e a chanceler alemã Angela Merkel, demonstraram preocupação com o avanço do acordo devido ao desmatamento na Amazônia (Keating, 2019; Merkel, 2020; Malamud, 2022). Dentro deste contexto, a ratificação do acordo foi frustrada devido à adoção, pela União Europeia, de uma nova cláusula para acordos comerciais, ligada à preservação do meio ambiente e aos direitos trabalhistas.

Frente a esses desafios, já havia ocorrido uma mobilização, tanto do setor privado quanto de parlamentares interessados na conclusão do acordo, para melhorar a imagem do país na pauta ambiental. Nestes esforços, a participação da senadora ruralista Kátia Abreu foi central, tendo em vista seu empenho de longa data em relação ao acordo, que resultou na inauguração do escritório da CNA junto à União Europeia em Bruxelas em junho de 2013, a fim de reforçar os interesses comerciais do setor na região e participar ativamente das negociações do acordo². Nesta oportunidade, afirmou que

a conclusão de um acordo de livre comércio com a União Europeia, imprescindível para o agronegócio brasileiro, proporcionará um mecanismo bilateral de facilitação de comércio e cooperação, que vai criar diálogos ainda mais próximos entre o Brasil e a Europa (Kátia..., 2013, s.p.).

Em 2021, a mesma senadora apresentou o PL 2159/2021 do Licenciamento Ambiental, e nesse mesmo ano presidiu a CRE. Em sua posse, afirmou que

o grande foco nosso é retornar às negociações da União Europeia-Mercosul, é tentar fazer esse grande bloco, que vai significar um dos maiores blocos do mundo juntando todos os países da Europa e 4 do Mercosul, [...] teve uma interrupção por conta de problemas políticos, mas nós vamos retomar. E eu convoco todos meus colegas do Senado Federal, o Parlamento Europeu é muito importante, ele pode vetar tudo ou abrir tudo. Nós pretendemos ir até a União Europeia falar como parlamento para que as negociações possam ser retomadas (Brasil, 2021a, s.p.).

Na presidência da CRE, a senadora apresentou requerimento para realização de um ciclo de audiências públicas sobre o tema “Acordo de Associação Mercosul–União Europeia: desafios, ratificação e implementação”. Em 2019, já haviam sido realizadas três audiências públicas, todas resultado de requerimentos de membros da FPA. Na audiência na CREDN em 30 de abril de 2019, os deputados ruralistas manifestaram preocupação quanto à efetivação do acordo frente às eleições argentinas e saída do Reino Unido da UE, e sobre os benefícios e dificuldades que o setor agropecuário teria com o acordo, enquanto o deputado Alexandre Padilha (PT-SP) se manifestou quanto aos riscos para indústria farmacêutica. Durante a sessão, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente da mesa, ao se referir à abertura comercial, exclamou:

nós precisamos participar do mercado enorme que nós temos aí, que é o mercado europeu. Nós temos que abrir o nosso País para a importação e exportação de produtos e serviços da Europa, para que também haja maior oportunidade de melhorar a nossa produtividade” (Brasil, 2019, p. 11).

Posteriormente, o deputado perguntou sobre os setores do agro que ganharam com a assinatura do acordo e questiona quanto às dificuldades de alguns produtores:

²Embora a análise do artigo seja limitada temporalmente ao mandato presidencial de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, considerou-se relevante fazer menção ao escritório em Bruxelas de 2013, pois trata-se de um antecedente direto das atuações posteriores.

aqui está um representante do setor do agro que se preocupa muito com essa questão e até me trouxe a informação do custo da produção no Brasil, que ainda não chegou à produtividade que tem a Espanha e a China, a qual detém a maior produtividade nesse setor. E a preocupação dele é justamente aquilo que nós buscamos aqui: abrir o mercado. E é lógico que a abertura de mercado traz esses problemas em alguns segmentos (Brasil, 2019, p. 12).

Na audiência de 20 de agosto de 2019, após a assinatura do acordo comercial, os deputados também questionaram sobre as consequências do acordo, demonstrando apoio e receio quanto à sua real efetivação, além de tecer críticas ao Mercosul e à concorrência latino-americana, devido aos altos custos de produção no Brasil. Nesta oportunidade, o presidente da FPA, Alceu Moreira (MDB-RS), chamou atenção para a necessidade de proteção dos produtores nacionais, mas também destacou a entrada de tecnologia e investimentos para produção brasileira como consequência do acordo, manifestando-se favorável à sua concretização (FPA, 2021). Essa posição dúbia quanto ao acordo, de que ele seria benéfico para o agronegócio, porém traria preocupação para alguns produtores específicos, faz-se presente frequentemente nas manifestações dos ruralistas nas Comissões, em especial do ramo dos vinhos e lácteos.

Para Madureira (2023, p. 31), “a transmissão dos interesses objetivos de uma classe em si e a sua defesa por esta elite de classe não se daria automaticamente, existindo sempre algum grau de desajuste e conflito na representação”. Por este motivo, os ruralistas agem por meio de mediações de grupos de interesse distintos em uma concertação política, para atingir “uma posição de classe relativamente coesa, expressa pelas principais entidades de representação e figuras públicas ruralistas”, ou seja, por meio de articulações (Madureira, 2023, p. 83). Pompeia (2020) aprofunda o argumento pelo *modus operandi* dos ruralistas, por meio da utilização da categoria “agro” como unificador dos grupos distintos dentro da classe produtiva agrária e agroindustrial, o que permite uma posição de negociação e manifestação política privilegiada. Os ruralistas também priorizam temas amplos nas articulações, a fim de mobilizar os interesses divergentes frente a objetivos comuns, estabelecem hierarquias e resolvem conflitos nos bastidores, demonstrando união da FPA na esfera pública. O presidente e/ou representante do grupo expõe a posição oficial em concerto com os grupos de interesse específicos. Desse modo, as manifestações dos parlamentares nas comissões refletem a ampla gama de interesses específicos do agronegócio em relação ao acordo Mercosul-UE.

Outro tema de destaque na política externa do período foi o conflito entre a FPA e o Ministério das Relações Exteriores, diante do posicionamento negativo do ministro Ernesto Araújo para com a China, intensificado com o início da pandemia da Covid-19. A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O país foi o destino de 27,9% das exportações brasileiras no ano de 2019, o que representou 63,6 bilhões de dólares. Os principais produtos comprados pelo país asiático são as commodities brasileiras, principalmente petróleo, ferro e soja. A última, por exemplo, tem 78,4% do seu total exportado direcionado para a China, o que equivale a 20,5 bilhões de dólares para o agronegócio brasileiro (OEC, 2024). A participação majoritária dos chineses no principal produto de exportação brasileiro, somada à importação de outros produtos e à capacidade de investimentos, torna as relações bilaterais Brasil/China um tema de importância ímpar não apenas para a economia brasileira, mas principalmente para os representantes do setor agro.

A atuação dos ruralistas na pressão do governo em relação à China apresenta dois momentos distintos (Madureira, 2023). O primeiro, mais vocal e público, em 2019, na oposição às declarações do chanceler, visando impedir que o Brasil entrasse em confronto comercial com os asiáticos, com atuação ativa da ministra Tereza Cristina no exterior e esforços como a viagem de Bolsonaro a Pequim. O segundo momento apontado pelo autor refere-se à pandemia, com menos declarações públicas devido à adesão formal do setor ao governo e aos bons resultados nas exportações, porém com articulações dentro do Congresso e da FPA com o objetivo de demissão do ministro Ernesto Araújo.

Desde a campanha presidencial, o então candidato Jair Bolsonaro já carregava uma pauta anti-China, respaldada por argumentos ideológicos de combate ao comunismo e defesa de pautas conservadoras alinhadas com a administração de Donald Trump nos Estados Unidos, que travava uma guerra comercial com o país asiático (Spring, 2018). Para Ferreira

et al. (2022), o apoio do setor agropecuário na campanha eleitoral de Bolsonaro foi impulsionado pelas pautas domésticas, como as propostas no âmbito da segurança e fundiária, não da sua posição nas questões de relações exteriores. Após a eleição, a nomeação de Ernesto Araújo para o cargo de ministro só acirrou as tensões com a China. Logo no início das atividades como chanceler, Ernesto Araújo teceu críticas ao principal parceiro comercial brasileiro e à política exterior de aproximação dos países a despeito de um alinhamento automático com os Estados Unidos praticado anteriormente (Araújo, 2019). O chanceler correlacionou a estagnação da economia brasileira com a parceria econômica chinesa. Ernesto Araújo afirmou que:

nós queremos vender, por exemplo, soja, minério de ferro, mas nós não vamos vender a nossa alma. Isso é um princípio muito claro, que nós temos muito presente. Muita gente quer que nós vendamos a nossa alma (e muita gente não acha que nós temos uma alma para vender) e querem reduzir nossa política externa a simplesmente uma questão comercial. Isso não vai acontecer” (Araújo, 2019, s.p.).

Esta fala do recém-empossado chanceler gerou preocupação no setor agropecuário e nos parlamentares da FPA, que se mobilizaram para realizar uma reunião emergencial com o ministro. Sobre o ocorrido, o presidente da Frente, Alceu Moreira (MDB-RS) declarou que:

precisamos conversar com o ministro Araújo, para sabermos se o que ele disse é força de expressão e, ao mesmo tempo, deixarmos claro que as relações internacionais são sensíveis. É preciso ter mais cuidado no tratamento desse tema. [...], as relações internacionais são fruto de uma luta de muito tempo, para conquistarmos mercados. Os prejuízos podem ser incalculáveis (Oliveira, 2019, s.p.).

O alinhamento do governo com Israel e a proposta de mudança da embaixada para Jerusalém foram outro ponto de preocupação dos ruralistas, com o potencial prejuízo que teriam nas exportações para países árabes (Madureira, 2023). A medida não foi efetivada após pressão da base ruralista. Diante desses conflitos, a ministra da agricultura e ex-presidenta da FPA, Tereza Cristina, passou a cumprir papel de “diplomacia paralela” a fim de manter o diálogo e preservar as relações comerciais brasileiras. A ministra realizou agenda de viagens à Ásia em maio de 2019, na qual ela foi acompanhada pelo vice-presidente Hamilton Mourão e por um grupo de empresários da agropecuária e deputados (Marchao, 2019).

As tensões entre Brasil e China, entretanto, alcançaram seu auge no início da pandemia do coronavírus, em março de 2020. Neste contexto, o enfrentamento com a China por parte do chanceler e da base ideológica do governo, inclusive o próprio presidente e seu filho deputado Eduardo Bolsonaro, intensificou-se devido à compreensão por esta ala do governo de que Pequim seria culpada pela disseminação da doença. Diante deste cenário, a Embaixada da China no Brasil (2020) publicou a “Carta Aberta à Sociedade Brasileira”, na qual declarou:

Recentemente, constatamos que surgem algumas declarações totalmente infundadas contra a China nas redes sociais, e alguns indivíduos e grupos ignoraram fatos científicos básicos, fabricaram e disseminaram boatos maléficos, incitaram xenofobia e racismo e até espalharam ódio. Suas narrativas absurdas e manejo sujo ultrapassaram os limites éticos humanos e causaram influências extremamente nocivas. Tal prática não apenas difamou a China, mas também feriu o ambiente amistoso entre os dois países, além de poder manchar a boa imagem do Brasil no coração do povo chinês. Repudiamos e opomo-nos veementemente a esses atos imorais e desprezíveis. Acreditamos que quaisquer tentativas de difamar a China e minar a fraternidade China-Brasil, seja quem for o seu autor, seja como for a sua forma, serão fracassadas.

Seguindo a declaração da China, a FPA (2020) emitiu uma nota oficial em defesa da relação Brasil/China e reiterando repúdio às declarações anti-China:

A Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por quase 300 parlamentares do Congresso Nacional, deseja manter no mais alto nível as relações bilaterais entre Brasil e China, lembrando que declarações isoladas não representam o sentimento da nação ou de qualquer setor. A China é parceira de longos anos do Brasil com quem temos excelente relação comercial e de amizade. Fica aqui também o nosso mais

profundo desejo de união para combatermos o novo Coronavírus juntos, sem maiores prejuízos à vida humana e às relações internacionais globais.

O deputado Alceu Moreira (FPA, 2021) reforçou que:

não será tolerado nenhum prejuízo a esta relação bilateral e que estaremos prontos para fazer oposição a qualquer ameaça ao bom relacionamento entre o Brasil e a China, sobretudo numa perspectiva de reaquecimento econômico.

Em dezembro de 2020, o Senado rejeitou a indicação do diplomata Fabio Mendes Marzano para a delegação permanente em Genebra, considerado alinhado a Ernesto Araújo (Ernesto..., 2020). Sobre o episódio, Kátia Abreu (Brasil, 2020, s.p.) declarou:

ficou bastante claro para todo Brasil que o senado federal tem um papel muito importante na política externa brasileira. [...]. Nós queremos participar dos acordos bilaterais para que nosso comércio possa ser ampliado, para que o Brasil não participe apenas com 2% do comércio mundial, mas que a gente possa sonhar em chegar em 5%, a 7%, e que o agronegócio possa chegar a 12%. [...]. Agradeço a solidariedade. É nossa posição proteger o Brasil nas relações internacionais.

Neste contexto, a situação de Ernesto Araújo se tornou mais crítica após a afirmação do diretor do Itamaraty de que a má relação do governo com os chineses estava prejudicando a fabricação da vacina, pelo atraso na importação dos insumos vindos da China (Lima; Cardim, 2021). Diante disso, em março de 2021, o ministro foi convocado pelo Senado para prestar esclarecimentos. Na sessão, diversos parlamentares clamaram pela demissão de Ernesto Araújo, enquanto a base governista estava ausente na sessão em sua defesa, o que foi visto como abandono do chanceler. A senadora Kátia Abreu, que cumpria neste momento o posto de presidente do CRE, questionou o ministro sobre as condições diplomáticas do Itamaraty em realizar as negociações após os ataques do governo contra a China e destacou que o ministro representa uma dificuldade para trazer as vacinas do exterior (Brasil, 2021b). Em 29 de março, 5 dias depois da audiência, Ernesto Araújo pediu demissão.

Apesar das tensões frequentes entre as duas nações durante o comando do Itamaraty sob Ernesto Araújo, não houve escalada de tensões diplomáticas ao ponto da imposição de sanções ou reprimendas por parte do governo chinês. Logo, Ferreira et al. (2022) argumentam que o agronegócio, notadamente o setor produtor de soja, exerceu um papel de estabilizador das relações comerciais brasileiras, sendo um setor relevante para a moderação da relação sino-brasileira diante de tensões diplomáticas promovidas pelo governo e Itamaraty.

Também no caso da guerra russo-ucraniana, a FPA buscou influenciar a posição do Brasil. A implosão do conflito e a sucessão de sanções econômicas/comerciais impostas pelo ocidente, notadamente Estados Unidos e União Europeia, elevaram a preocupação sobre o fornecimento de fertilizantes para a produção agrícola brasileira. A Rússia é o maior produtor de fertilizantes do mundo, sendo responsável por 13,1% do total de exportações do produto, enquanto o Brasil é o maior importador, destino de 15,7% do total, sendo a Rússia a principal fornecedora, com 23,6% das compras brasileiras (OEC, 2024). Esse quadro demonstra a dependência brasileira do produto para sua produção agrícola, uma vez que o insumo é essencial, por exemplo, para as safras de soja e milho, o que torna o país vulnerável às consequências na cadeia de valor do produto.

A FPA mobilizou-se nas comissões do Senado para realização de quatro audiências públicas sobre o tema ao longo de 2022. Na primeira, realizada no dia 05 de abril, foi ouvido o embaixador russo no Brasil, Alexey Labetskiy, para esclarecer a crise internacional russo-ucraniana e as consequências do conflito. Nesta oportunidade o senador Zequinha Marinho (PL-PA), vice-presidente da FPA, realizou questionamentos sobre o fornecimento de fertilizantes para o mercado brasileiro (Brasil, 2022a). No dia seguinte, os senadores questionaram o chanceler Carlos França sobre o prejuízo na logística para importação de insumos, o trabalho do Itamaraty junto ao MAPA para buscar novos fornecedores, a negociação para evitar

sanções internacionais para importação de países como Irã e a diplomacia dos fertilizantes. O senador Zequinha Marinho (BRASIL, 2022b) novamente manifestou-se:

Me junto ao senador Chico Rodriguez com relação à preocupação na questão dos fertilizantes que são essenciais ao agro brasileiro. Aqui na casa, como vice- presidente da FPA, estamos trabalhando diuturnamente para que se evite o pior.

A senadora Kátia Abreu ressaltou a importância da autonomia nacional dos fertilizantes, ao declarar que “meio ambiente é muito importante, mas sem comida não se vive” (Brasil, 2022b). Também foi realizada audiência sobre a “ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil, por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília” no mesmo dia. Por fim, ao final do mês de abril, foi realizada sessão com finalidade de debater a redução da dependência de fertilizantes pelo Brasil com presença de representantes da EMBRAPA, APROSOJA, ABIQUIM, ANDA, SINPRIFERT e CNA (Brasil, 2022c).

Na Câmara, ocorreram duas audiências públicas sobre o tema em 2022: a primeira com a participação do ministro Carlos França em 18 de maio, e na segunda, dia 31 de maio, foi promovido um debate sobre os impactos do conflito Rússia e Ucrânia com acadêmicos, embaixadores e especialistas no tema. Na primeira ocasião, com uma presença mais marcante de deputados da oposição no debate sobre fertilizantes, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), comentou sobre a venda da unidade de fertilizantes da Petrobras para empresa russa em fevereiro, retirando-se desse setor, enquanto o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) (BRASIL, 2022d) questionou o ministro:

O senhor disse que nós estamos desenvolvendo uma diplomacia dos fertilizantes. Ora, esse conflito está levando ao empobrecimento do mundo, está levando a uma crise de alimentos no mundo inteiro, está levando a uma situação, inclusive, de ameaças de novos conflitos, com a possibilidade de adesão à OTAN da Suécia e da Noruega. Então, a minha pergunta é a seguinte: o Brasil não deveria realizar uma diplomacia mais ativa, buscando exatamente não a diplomacia dos fertilizantes, mas a diplomacia da paz? Não é possível o Brasil se reduzir à questão de fertilizantes, enquanto, sendo o principal país da América Latina, assiste passivamente a esse conflito sem interceder de forma ativa pela paz!

A CREDN também exerceu diplomacia parlamentar, com o encontro do presidente da comissão, deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), junto ao deputado ruralista Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), com o embaixador do Irã no Brasil, Houssein Garibi. No encontro foram debatidas as trocas comerciais de fertilizantes e produtos agrícolas entre os dois países sem a aplicação de sanções (CREDN, 2022). A FPA também buscou negociações para restabelecer o comércio de cloreto de potássio com embaixador de Belarus, Sergey Lukashevich (FPA, 2023), propôs projetos de lei para aceleração de produção de fertilizantes (FPA, 2023) e sugeriu a inclusão do transporte de insumos em corredores humanitários para o ministro Carlos França (FPA, 2023).

Paralelamente, ou em consequência das iniciativas do congresso, o MRE colaborou junto ao Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), que buscava a diminuição da dependência do produtor rural brasileiro às importações de fertilizantes e aumento da produção nacional (MAPA, 2022). Ademais, o MRE instaurou a “diplomacia dos fertilizantes” com o objetivo de “assegurar a manutenção das cadeias de suprimentos de fertilizantes abertas e acessíveis, em ambiente de negócios que preservem a continuidade dos fluxos de comércio não somente como meio de manter o abastecimento de fertilizantes, mas também como instrumento de caráter humanitário para garantir a segurança alimentar, sobretudo em países em desenvolvimento.” (MRE, 2023). A política possuía quatro eixos principais de ação: 1) Identificação de fornecedores alternativos; 2) Manutenção de trocas comerciais com Rússia e Belarus; 3) Evitação de aplicação de sanções ou barreiras comerciais para os fertilizantes com a Rússia, Belarus e Irã, identificado como mercado potencial; e 4) Construção de consensos nos foros multilaterais para manutenção das cadeias de valor da agricultura (MRE, 2023).

A análise do comportamento dos membros da FPA demonstra grande interesse nos temas de política externa que têm potencial de afetar o setor agrícola, e um paulatino aumento de espaço e peso dentro das negociações estudadas ao longo do governo Bolsonaro. Os parlamentares ruralistas foram capazes de utilizar os instrumentos institucionais e políticos do Congresso para centralizar as diretrizes de política externa e instruir o MRE na atuação internacional nesses três casos.

Essas iniciativas denotam o transbordamento da latência para o espaço público, no sentido de uma ativação simbólica do Congresso que sinaliza ao Executivo uma disposição maior de intervir (Santos, 2025a). As medidas ativas foram principalmente declarações parlamentares, audiências públicas, sabatina do ministro de Relações Exteriores, acordos com Ministério da Agricultura e contato direto com organismos internacionais ou representações diplomáticas, como a União Europeia, Irã e Belarus. Nesses últimos casos, os parlamentares quase substituíram o papel do MRE, levando potencialmente a uma reacomodação de papéis entre MRE e FPA.

Conclusão

O presente artigo analisou a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária na política externa do governo Bolsonaro. O trabalho iniciou revisando a literatura brasileira sobre as relações Legislativo-Executivo em política externa e apresentando o marco teórico. Em seguida, foram discutidas as origens e a formação da FPA no Congresso, demonstrando o apoio e a proximidade política da FPA com o presidente. A última seção indicou a presença relevante e liderança da FPA no parlamento, inclusive nas comissões de relações exteriores do Senado e da Câmara. Por fim, a análise da diplomacia do agronegócio nos casos escolhidos – acordo Mercosul-UE, relações Brasil-China e guerra russo-ucraniana – evidenciou os canais para presença da FPA na política externa.

Essa pesquisa confirmou o interesse do Legislativo nas negociações internacionais e o uso de instrumentos formais e informais de controle político nos casos de divergência sobre a condução da política externa. Para além dos mais tradicionais, audiências públicas e projetos de lei, esses casos revelaram a sinalização de preferências ao Executivo por meio de carta aberta à sociedade, contato com ministérios diversos do MRE, abertura de escritório da frente parlamentar no exterior, contato direto de parlamentares com embaixadores estrangeiros e rejeição de indicação de embaixadores brasileiros. A solicitação de informações ao Itamaraty aconteceu por meio de convocação do ministro para que prestasse esclarecimentos, com posterior queda de Ernesto Araújo. Assim, a política externa de Bolsonaro parece ter oferecido novas demandas, ou novas oportunidades de ação ao Congresso, que aprofundou e refinou suas estratégias de intervenção política na seara internacional, ao menos nos temas agrícolas.

Essas iniciativas configuram o que Santos (2005a) chama de *proactive calibration*: uma forma de *agency* internacional que combina ações visíveis com monitoramento nos bastidores, a partir de eventos internacionais e interesses domésticos.

Em arenas de alta discricionariedade e assimetria informacional, como a política externa, esse modelo permite capturar a atuação legislativa em sua densidade simbólica, procedimental e performativa, mesmo (ou sobretudo) quando ela não se manifesta sob formas tradicionais de participação decisória (Santos, 2005b).

Esse resultado questiona as interpretações segundo as quais o Legislativo abdica ou delega a condução da política externa ao Executivo. A hipótese de divergência entre o Congresso e o governo como fonte da ação parlamentar também não se confirma, considerando que a FPA consistia em uma base importante de apoio do Executivo. Ademais, importa observar que a FPA esteve mobilizada para os temas internacionais durante todo o governo, desde o primeiro ano, não apenas em momentos pontuais de conflito. Não se trata de um caso clássico de divergência em que a oposição se mobiliza contra alguma medida governamental específica. Houve acompanhamento (latência) ou enquadramento (ativação) da

política externa pela FPA durante todo o mandato. Os conflitos parecem ter acontecido entre os grupos da base governamental, sendo o MRE inicialmente mais alinhado com as pautas evangélicas, embora sem ser chefiado diretamente por líderes religiosos. Futuras pesquisas poderão averiguar se houve uma espécie de realocação da política externa agrícola do MRE à FPA, o que vai muito além da suspensão da delegação da política externa ao Executivo pelo parlamento. Uma nova agenda de pesquisa pode também englobar o estudo de outras frentes suprapartidárias, análise contrafactual de momentos sem a FPA na presidência das comissões e entrevistas qualitativas com atores-chave, indo além dos documentos oficiais e declarações públicas.

Ademais, não se pode negligenciar a posição da FPA dentro da concertação do agronegócio (Gonçalves; Madureira, 2023, p. 9), que inclui também a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Instituto Pensar Agro. Esse último é um think tank que oferece subsídios para a atuação da FPA, enquanto muitos dos próprios parlamentares são lideranças ruralistas vinculadas à Confederação. Nesse sentido, a FPA pode ser pensada como ator parlamentar, mas também em seu contexto social e econômico mais amplo. Assim, as estratégias internacionais do grupo estão fortemente apoiadas por recursos econômicos extra-Legislativo. Essa situação é comparável com outros grupos parlamentares, em termos de apoio e financiamento? Parlamentares vinculados aos temas de meio ambiente, educação ou direitos humanos, por exemplo, não parecem dispor dos mesmos recursos. Se alguns temas dispõem de mais instrumentos para latência e ativação do que outros, o controle que pode ser exercido pelo Legislativo sobre as pautas internacionais é realmente democrático? Ou trata-se de um retorno à condução oligárquica da política externa? É fato que o parlamento participa da política externa, mas qual parte do parlamento consegue participar, representando quais interesses e com qual financiamento? Futuras pesquisas podem esclarecer esses pontos, enriquecendo o debate sobre as condições de influência efetiva do Congresso em política externa no sul global.

Referências

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 2, p. 617–657, 2012.

ARAÚJO, Ernesto. Aula magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, no Instituto Rio Branco, em Brasília. **FUNAG**, Brasília, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/aula-magna-do-ministro-ernesto-araujo-no-instituto-rio-branco>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso de posse. **FUNAG**, Brasília, 02 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARCELOS, Eduardo; BERRIEL, Maycon. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA**, 19., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Unicamp, 2009. p. 1-32. Disponível em: <https://silo.tips/download/praticas-institucionais-e-grupos-de-interesse-a-geograficidade-da-bancada-rurali>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL, Senado Federal. Audiência Pública Interativa com o Embaixador da Federação Russa. **TV Senado**. 05 abril 2022a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10572&codcol=54>. Acesso em: 21 abr. 2024. BRASIL, Senado Federal. Audiência Pública Interativa com o Ministro das Relações Exteriores, **TV Senado**, Brasília, 05 abril 2022b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/10641>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. **3a Sessão Legislativa Ordinária 56a Legislatura**, Brasília, 24 mar. 2021b. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/24483#Quarto_19. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. 6a Reunião, Extraordinária - CRE. **TV Senado**, Brasília, 27 abril 2022c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/10677>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. Sabatinas de indicados para chefes de missão diplomática - 14/12/2020, **TV Senado**, Brasília, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqEeOH9ZX4w>. Acesso em: 18 abr. 2024

BRASIL, Senado Federal. Eleita presidente da CRE, Kátia Abreu diz que foco será acordo Mercosul-União Europeia. **Senado Notícias**, Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/02/eleita-presidente-da-cre-katia-abreu-diz-que-foco-sera-acordo-mercossul-uniao-europeia>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **1a Sessão Legislativa Ordinária Da 56a Legislatura**, Brasília, 20 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Reuni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=20/03/2019&hrInicio=01/01/1900%2010:50:15&hrFim=01/01/1900%2015:17%20CD&nuSessao=54424&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:50&sgFaseSessao=&Data=20/03/2019&txApelido=&txFaseSessao=> Acesso em: 02 fev. 2025

BRASIL. Câmara Dos Deputados. **Reunião de Comparecimento de Ministro(a)**, Brasília, 18 maio 2022d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Ministro&dtReuniao=18/05/2022&hrInicio=01/01/1900%2009:50:52&hrFim=01/01/1900%2014:10:50&origemDiscu>. Acesso em: 02 fev. 2022

BRAZIL's Amazon rainforest suffers worst fires in a decade. **The Guardian**, Brasília, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/oct/01/brazil-amazon-rainforest-worst-fires-in-decade>. Acesso em: 03 abr. 2024

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 155-165.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 30, n. 2, 2009.

CASTILHO, Alceu Luís. **Os Financiadores da Boiada: como as Multinacionais sustentam a Bancada Ruralista e Patrocinam o Desmonte Socioambiental**. De Olho nos Ruralistas, 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Esalq/USP, 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CICERI, Larissa Ananda. **O Processo de Especialização da Economia Brasileira no Setor Agropecuário e a Bancada Ruralista como Ator de Política Externa (2006-2019)**. 2019. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DE SOUZA, M.; BAHIA, B. R. Discussão e aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL. **Carta Internacional**, v. 6, n.1, p. 67–82, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2019-2023**. Brasília: DIAP. 2018 Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-donovo-congresso>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio. Acordos internacionais e controle parlamentar no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 75-92, 2010.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio. The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy: an Empirical Contribution to the Debate. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 2, p. 10-38, 2008.

DUARTE, Isadora. Bolsonaro à bancada ruralista: 'Esse governo é de vocês'. **Estadão**. 04 jul. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces/?srsltid=AfmBOopCxKLZPLDdnYJ1ORvjhWlgqH-vZms3tsyJnMEGfv6_e5I7PVhb. Acesso em: 24 fev. 2024.

EMBAIXADA da China no Brasil. **Carta Aberta à Sociedade Brasileira da Embaixada da China**. 3 mar. 2020. Disponível em: http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202003/t20200331_5061455.htm. Acesso em: 18 abr. 2024

ERNESTO Araújo sofre dura derrota no Senado. **Carta Capital**, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ernesto-araujo-sofre-dura-derrota-no-senado/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

FERREIRA, Mariana Davi et al. A Cadeia Produtiva da Soja e a Política Externa Brasileira para a China. **Revista Conjuntura Global**, v. 11, n. 2, p. 96-118, 2022.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 175-200, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira. In: RANULFO, C. (org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 147-198.

FPA. NOTA OFICIAL: Relação Brasil e China. **Agência FPA**. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2020/03/19/nota-oficial-relacao-brasil-e-china/>. Acesso em: 18 abr. 2024

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **História da FPA**. 2024. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 02 jul. 2024

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **REVISTA FPA 2019- 2020**. 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/revista-fpa-2020-a-forca-do-brasil-como-potencia-agro/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. **REVISTA FPA 2021- 2022**. 2023. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/revista-2021-2022/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1997.

GONÇALVES, Fernanda; MADUREIRA, Eduardo. Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e influência no Governo Bolsonaro. **Carta Internacional**, v. 18, n. 3, e. 1372, Belo Horizonte, p. 1-23, 2023.

KÁTIA Abreu fez abertura de Escritório da CNA junto à União Europeia. **T1 Notícias**, Tocantins. 2013. Disponível em: <https://t1noticias.com.br/politica/katia-abreu-fez-abertura-de-escritorio-da-cna-junto-a-uniao-europeia/49809/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

KEATING, Dave. Macron's Mercosur Veto: Are Amazon Fires Being Used As A Smokescreen for Protectionism?. **Forbes**, Bruxelas, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davekeating/2019/08/23/macrons-mercursos-veto-are-amazon-fires-being-used-as-a-smokescreen-for-protectionism/>. Acesso em: 03 abr. 2024

LIMA, Bruna; CADIM, Maria Eduarda. Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro. **Correio Braziliense**, Brasília, 06 maio 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracoes-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 18 abr. 2024

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim Opsa**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 15-21, 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O congresso e a política de comércio exterior. **Lua Nova**, n. 52, p. 121-149, 2001.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. As Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 44, p. 81-106, 1998.

MADUREIRA, Eduardo. **A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro**. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MALAMUD, Andrés. **Assessing the political dialogue and cooperation pillar of the EU-Mercosur Association Agreement: towards a bi-regional strategic partnership?** Bruxelas: European Parliament Coordinator: Policy Department for External Relations, Directorate General for External Policies of the Union, 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA\(2022\)653652](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA(2022)653652). Acesso em: 03 abr. 2024.

MARCHAO, Talita. Tereza Cristina faz "diplomacia paralela" para evitar crises com parceiros. **UOL**, 19 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/17/tereza-cristina-diplomacia-china-paises-arabes.htm>. Acesso em: 18 abr. 2024

MCCUBBINS, Mathew; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. **American Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 65-179, 1984.

MEDEIROS, Klei; VILAS-BOAS, Vinícius; ANDRADE, Enrico. Política Externa Conservadora: uma nova matriz no Brasil? Março/2019, **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/79475-2/>. Acesso em: 25 mai. 2024.
MERKEL: Amazon deforestation threatens EU-Mercosur deal. **DW**, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/merkel-amazon-deforestation-threatens-eu-mercosurdeal/a-54651194>. Acesso em: 03 abr. 2024

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Revista Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.
MILMANDA, Belén. Harvesting Influence: agrarian elites and democracy in Brazil. **Politics & Society**, v. 51, n. 1, p. 1-27, 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil. n.o 127**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/resenhas-de-politica-externa-do-brasil/resenhan127segundosemestre2020.pdf> Acesso em: 02 fev. 2025.

MONTE, Déborah; HERNANDEZ, Matheus. Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. **Revista Videre**, v. 13, n.28, p. 89-123, 2021.

NEVES, João Augusto. O papel do Legislativo nas negociações do Mercosul e da ALCA. **Contexto Internacional**, v. 25, p. 103-138, 2003.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – **OEC**. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 21 abr. 2024
OLIVEIRA, Eliane. Ruralistas querem reunião de emergência com chanceler de Bolsonaro. **O GLOBO**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ruralistas-querem-reuniao-de-emergencia-com-chanceler-debolssonaro-23517780>. Acesso em: 18 abr. 2024

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Atores políticos e Parlamento brasileiro no Mercosul. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, n. 1, p. 231-252, 2004.

PEREIRA, Matheus. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 31, p. 301-338, 2020.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, jan. 2020.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/membros>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Propostas Legislativas**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, Renata. Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: Dois Pesos, Duas Medidas? In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 10º ed., 2016, Belo Horizonte. Disponível em:

<https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2016-Renata-Albuquerque-Ribeiro-Anais-X-Encontro-ABCP.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SANTOS, Vinicius. Before the Alarm Sounds: How Parliaments Manage Silence, Salience, and Control in Foreign Affairs. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 2, e012, 2025a.

SANTOS, Vinicius. Por que não eu? Em busca de uma análise de política externa legislativa no Brasil. **Mural Internacional**, v. 16, p. e92705, 2025b.

SARAIVA, Miriam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, 2019.

SCANTIMBURGO, André. O Desmonte da Agenda Ambiental no Governo Bolsonaro. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 103-117, 2018.

SENADO FEDERAL. **Composição da CRE**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/composicao>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SENADO FEDERAL. **CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/composicao>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SIEBENEICHLER, Amanda. **A influência do Agronegócio na Política Externa Ambiental Brasileira**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, André Luiz da; SPOHR, Alexandre. A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil. **Relações Internacionais**, v. 50, p. 123-140, 2016.

SPRING, Jake. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. **UOL**, Brasília. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024

VIGNA, Edélcio. A bancada ruralista: um grupo de interesse. **Argumento**. Brasília: Inesc, n. 8, p. 1-51, 2001.

Funções de colaboração exercidas

Clarissa Francoi Dri

Conceituação; Metodologia; Validação; Análise formal; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Pedro Soares Leal

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Investigação; Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
